

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A APURAR AS IRREGULARIDADES NAS CONCESSÕES DE BENEFÍCIOS FISCAIS CONCEDIDOS POR APLICAÇÃO DA LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991, QUE INSTITUIU O PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À CULTURA (PRONAC) E DEU OUTRAS PROVIDÊNCIAS – CPIROUAN

REQUERIMENTO N.º , DE 2016.

(Do Sr. Jorge Solla)

Requer que seja convidado o Delegado da Polícia Federal Rodrigo de Campos Costa para prestar esclarecimentos quanto à Operação Boca Livre.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base nos art. 58, § 3º, da Constituição Federal, art. 2º, da Lei nº 1.579, de 1952, e art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que seja convidado o Delegado da Polícia Federal Rodrigo de Campos Costa para prestar esclarecimentos quanto à Operação Boca Livre perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICATIVA

A Operação Boca-Livre, da Polícia Federal, foi responsável por dar início às investigações das fraudes praticadas por empresários e produtores culturais que geraram prejuízos ao erário em mais de R\$ 160 milhões.

Segundo as investigações, o grupo criminoso atuou por quase 20 anos utilizando-se dos mecanismos da Lei Rouanet, praticando fraudes como superfaturamento, apresentação de notas fiscais relativas a serviços e

produtos fictícios, projetos duplicados e contrapartidas ilícitas realizadas às incentivadoras.

Os supostos autores dos crimes, conforme apurou a PF, usaram o dinheiro público para fazer shows com artistas famosos em festas privadas para grandes empresas, livros institucionais e até a festa de casamento de um dos investigados na Praia de Jurerê Internacional, em Florianópolis, Santa Catarina, em maio de 2016.

O delegado da PF, Rodrigo de Campos Costa, disse que houve falha do Ministério da Cultura na fiscalização da lei. "O fato é que houve [falha]. A investigação demonstrou que houve, no mínimo, uma falha de fiscalização no Ministério da Cultura, uma vez que o grupo investigado, ainda que tenha sido detectado eventuais falhas de projetos, ele continuou contratando, obtendo a aprovação de projetos junto ao Minc", afirmou o delegado, conforme registrou o portal G1.

Para que esta comissão tenha a compreensão exata do estágio atual de investigação e os caminhos já percorridos pela Polícia Federal, faz-se necessário o convite ao Rodrigo de Campos Costa, responsável por este inquérito.

Sala da Comissão, 14 de setembro de 2016.

Deputado **Jorge Solla**